

RESOLUÇÃO MPC-MG Nº 04, DE 02 DE JULHO DE 2012

Revogada pela Resolução MPC nº 11/2014

Estabelece o procedimento a ser adotado em hipóteses de vacância e afastamento temporário de Procuradores do Ministério Público de Contas.

O Colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, com fundamento no art. 31-A da Lei Complementar n. 102, de 17 de janeiro de 2008

RESOLVE:

Art. 1º Na hipótese de afastamento de membro do Ministério Público de Contas por período igual ou inferior a 60 (sessenta) dias, será designado procurador substituto para officiar nos processos distribuídos ao procurador afastado.

§ 1º A designação de procurador substituto far-se-á mediante sorteio, excluído o Procurador-Geral, em sistema de rodízio.

§ 2º Não haverá interrupção da distribuição processual ao procurador afastado durante o período de afastamento.

§ 3º As manifestações do procurador substituto não geram prevenção.

Art. 2º Na hipótese de afastamento de membro do Ministério Público de Contas por período superior a 60 (sessenta) dias, os processos distribuídos ao procurador afastado serão redistribuídos igual, aleatória e alternadamente entre os demais procuradores, excetuado o Procurador-Geral, por natureza processual e por ordem crescente de autuação.

§ 1º A distribuição processual ao procurador afastado não será interrompida, procedendo-se à redistribuição na forma estabelecida no *caput* deste artigo, durante o período de afastamento.

§ 2º As manifestações proferidas nos autos dos processos redistribuídos na forma do *caput* deste artigo geram prevenção e consequente compensação.

§ 3º Cessado o afastamento, serão redistribuídos ao procurador anteriormente afastado os processos a que se refere o *caput* e o § 1º deste artigo, salvo se ocorrida a prevenção.

Art. 3º Na hipótese de vacância do cargo de Procurador do Ministério Público de Contas, os processos distribuídos ao procurador que titularizava o cargo vago serão redistribuídos igual, aleatória e alternadamente entre os demais procuradores, excetuado o Procurador-Geral, por natureza processual e por ordem crescente de autuação.

§ 1º A distribuição processual será interrompida até o provimento do cargo vago.

§ 2º As manifestações proferidas nos autos dos processos redistribuídos na forma do *caput* deste artigo geram prevenção e consequente compensação.

§ 3º Cessada a vacância, serão redistribuídos ao novo procurador os processos a que se refere o *caput* deste artigo, salvo se ocorrida a prevenção.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 02 de julho de 2012.

Glaydson Santo Soprani Massaria

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

(*Diário Oficial de Contas de 05.07.2012*)